



Observatório de direitos e cidadania: uma análise da saúde pública no município de Criciúma-SC

Pedro Henrique Cardoso Hilário¹
Sheila Martignago Saleh²

RESUMO: O presente artigo tem o condão de demonstrar resultados de pesquisa na área da saúde, realizada entre 31 de julho de 2016 até 30 de julho de 2017, em três mídias de grande circulação na cidade de Criciúma e região. A pesquisa é fruto do projeto de pesquisa denominado Observatório de Direitos e Cidadania para o Desenvolvimento Regional, que tem como objetivo diagnosticar situações locais de desigualdades nas áreas de saúde e segurança pública por meio de levantamento de dados na mídia impressa e digital, para propor ações que visem a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio regional. O desenvolvimento do presente artigo restou dividido em quatro tópicos, a saber: introdução, metodologia, resultados e discussão e conclusão. Utilizando-se o método indutivo, a pesquisa conclui que 75% das notícias veiculadas em saúde se referem à crise vivida pelas instituições de saúde de Criciúma-SC e região, principalmente no Hospital São José, Hospital Materno Infantil Santa Catarina e Casa de Saúde do Rio Maina, cujas reportagens são 100% relacionadas à falha de repasses financeiros da administração pública.

Palavras-chave: saúde; observatório; SUS; verbas; repasses.

Introdução

O presente artigo científico é fruto de pesquisas do projeto denominado Observatório de Direitos e Cidadania para o Desenvolvimento Regional, que tem como objetivo diagnosticar situações locais de desigualdades nas áreas de saúde e segurança pública por meio de levantamento de dados na mídia impressa e digital, para propor ações que visem a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio regional. Referido projeto recebeu financiamento da FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense).

Criciúma, maior cidade do sul de Santa Catarina, com área total de 235,627km², localizada a 200 km da Capital do Estado, conta com uma população estimada em 2015 de 206.918 habitantes, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

¹ E-mail: pedrohilario@hotmail.com

² E-mail: sheilamsaleh@hotmail.com



O município apresenta taxa de crescimento anual da população de 1,22 (entre os anos de 2000 e 2010) e conta com 0,78 de IDH e 0,487 no índice GINI, indicadores que o colocam em razoável posição no cenário estadual e nacional (PORTAL ODM, 2016). É conhecida como a capital brasileira do carvão e do revestimento cerâmico. No entanto, desde 2015, passou a ser conhecida como a cidade mais violenta de Santa Catarina (proporcionalmente ao número de habitantes). Mas, a população de Criciúma não enfrenta apenas o problema da violência na cidade. A situação precária da saúde pública também é um assunto corrente na pauta da mídia.

O presente artigo tem o condão de demonstrar resultados de pesquisa na área da saúde, realizada entre 31 de julho de 2016 até a 30 de julho de 2017, em dois jornais impressos de grande circulação na cidade e região: o Jornal A Tribuna e Jornal da Manhã, além do Portal Engeplus, mídia digital.

Abordar-se-á sobre as três instituições de saúde de Criciúma-SC que atendem pelo SUS e que mais tiveram destaque nos noticiários pesquisados, quais sejam: o Hospital São José, o Hospital Materno Infantil Santa Catarina e a Casa de Saúde do Rio Maina, sendo apresentados os dados coletados pelo observatório.

A pesquisa utilizou o método indutivo, e as técnicas da pesquisa documental-legal e doutrinária sobre o tema.

Metodologia

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de leitura e análise diária dos jornais A Tribuna e Jornal da Manhã, bem como do portal eletrônico de notícias Engeplus, todos com abrangência regional e sede no município de Criciúma-SC. Foram levantadas todas as notícias que retratavam desigualdades ou violação ao direito à saúde, em todo o conteúdo dos referidos meios de comunicação, mediante coleta manual diária de material, que ocorreu durante o período de agosto de 2016 a julho de 2017.

A técnica utilizada foi coleta manual de dados, leitura e seleção das notícias que atendiam ao critério delimitado, o arquivamento digital dos dados e a inserção dos dados levantados em uma tabela, sendo as notícias classificadas por data, meio de comunicação no qual a notícia foi publicada e assunto retratado da reportagem.



Foram levantadas, durante toda a extensão do projeto, 391 notícias dentre os três meios de comunicação pesquisados relativos à violação ao direito à saúde no município de Criciúma e vizinhos diretos, como Nova Veneza, Içara e outros, que, direta e indiretamente, atingem a saúde pública de Criciúma.

A revisão de literatura ocorreu a partir do terceiro mês do projeto, com pesquisas bibliográficas voltadas à história da saúde, à classificação da saúde no ordenamento jurídico brasileiro, surgimento e implantação do Sistema Único de Saúde, dentre outros assuntos referentes ao tema pesquisado.

Resultados e discussão

Observatório de Direitos e Cidadania no que se refere ao tema: Direito à saúde em Criciúma-SC

O Observatório de Direitos e Cidadania para o Desenvolvimento Regional é um projeto de pesquisa com objetivo de diagnosticar situações locais de desigualdades na área da saúde por meio de coleta e sistematização de dados levantados de forma exaustiva, sistemática e diária na mídia impressa e digital sobre as demandas sociais e políticas do Município de Criciúma-SC.

A mídia é um importante instrumento de representação da realidade e revela de forma pontual os fatos sociais e econômicos de determinado local. Com esse estudo, poderá se criar um banco de dados confiável que identifique as demandas sociais e econômicas do Município de Criciúma-SC, mais especificamente na área da saúde pública. As mídias impressas fonte da pesquisa são o Jornal A Tribuna e Jornal da Manhã. Já a mídia digital selecionada para a coleta de dados é o Portal Engeplus. O levantamento das informações pelas mídias teve início na data de 31 de julho de 2016 e teve duração de 12 meses, encerrando-se em 30 de julho de 2017.

Durante toda a pesquisa, foram colhidas 391 reportagens que retrataram situações negativas vividas pela saúde pública no município de Criciúma-SC e algumas cidades vizinhas. Das 391 notícias relacionadas a problemas na saúde da região, 296 estão intimamente ligadas com crises nas próprias instituições (hospitais, postos de saúde, clínicas),



que totaliza mais de 75% de toda a pesquisa realizada. Os outros 25% mostram outros tipos de problemas na saúde (doenças que afetam a população, não fornecimento de medicamentos, campanha de vacinação que ficou abaixo da meta).

Ademais, quase 32% das notícias relacionadas às instituições de saúde são focadas especificamente na crise vivida no Hospital São José durante o período mencionado. A segunda instituição de saúde mais reportada durante a pesquisa foi o Hospital Materno Infantil Santa Catarina, com 22,6% das notícias colhidas. A Casa de Saúde do Rio Maina aparece como a terceira instituição com mais aparição nas matérias jornalísticas, com 14,5% das reportagens.

Nota-se, ainda, que, dentre as reportagens sobre as instituições de saúde mencionadas, 100% são sobre questão orçamentária ou sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados aos repasses financeiros.

Hospital São José

O alarde sobre a situação caótica a qual o Hospital São José passou foi divulgado no jornal A Tribuna do dia 08 de novembro de 2016, com a reportagem intitulada “Custo da saúde denuncia maior crise de todos os tempos”. O desabafo da irmã Terezinha Buss, diretora administrativa da instituição, mostra a angústia sobre a situação vivida: “Olhando para o futuro, a gente se preocupa. O que é o ser humano sem saúde?”. Ainda de acordo com a matéria jornalística, em novembro de 2016 o Hospital ainda esperava receber R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), referentes a repasses atrasados desde dezembro de 2015 (1).

Soma-se a isso, o anúncio feito pela prefeitura municipal poucos dias antes, divulgado na matéria “Município que renovação do contrato até janeiro”, do jornal A Tribuna do dia 14 de outubro de 2016, em que o então Procurador-Geral do Município, Leonardo de Fáveri, informou que o Estado de Santa Catarina reduziu em cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) o repasse mensal para o Hospital São José (1).

A partir desses fatos, ocorreram uma série de greves dos funcionários e médicos, haja vista a instituição não possuir verbas para o pagamento de salários, além de não conseguir investir na estrutura física para atendimento da população.



Após o anúncio sobre a situação a qual o Hospital se encontrava, a maior parte das notícias de saúde dos jornais pesquisados se referiam à referida instituição.

Analisando todas as notícias das três fontes pesquisadas relacionadas a problemas na área da saúde de Criciúma e cidades vizinhas desde 31 de julho de 2016 até 30 de julho de 2017, vê-se que 24,3% do total de notícias retrataram situações negativas vividas pelo Hospital São José, o que representa 95 reportagens dentre 391 do total.

Em análise às reportagens que mostravam a crise vivida pelo Hospital São José, pode-se extrair que 10, dentre as 95 matérias jornalísticas, foram relacionadas à judicialização dos atrasos de repasse por parte da administração municipal e estadual ao Hospital.

A primeira reportagem que citou a ação judicial a qual o Hospital São José está envolvido foi em 17 de novembro de 2016, quando o Jornal A Tribuna noticiou que “Hospital São José diz ter R\$ 30 milhões a receber e pede novo bloqueio judicial”. Conforme a reportagem, “no início de julho, a justiça já havia determinado o sequestro de R\$ 13,8 milhões para pagamento de débitos anteriores a novembro de 2015”. Assim, nota-se que os atrasos de repasses financeiros ao Hospital vinha se alastrando por vários meses (1).

Em 26 de novembro de 2016, na matéria do Jornal A Tribuna intitulada “MPF pede novo bloqueio de R\$ 9 mi para pagamento do Hospital São José”, é informado que o Ministério Público Federal emitiu parecer para que fosse sequestrado o montante de R\$ 9 milhões de reais das contas do Município, do Estado e da União, valor este que, segundo o Procurador da República Anderson Lodetti de Oliveira, refere-se ao valor devido ao Hospital apenas nos meses de julho, agosto e setembro de 2016, sem contar os anteriores (1).

Assim, percebe-se toda a dificuldade passada pela direção do Hospital para prestar um serviço gratuito, público e de qualidade à população que necessita dos atendimentos de saúde prestados pela instituição.

Devido aos atrasos dos repasses da administração pública para o Hospital São José, algumas foram as vezes que os trabalhadores da instituição ameaçaram aderir a greves e paralizações, sendo que, em algumas oportunidades, de fato, realizaram tais ações. Das 95 reportagens relacionadas ao Hospital em questão, 9 foram as vezes em que se noticiou ameaças de suspensão de serviços ou de greve dos trabalhadores, e 8 publicações foram relacionadas às greves e suspensões que de fato aconteceram.



Em todas as oportunidades, as justificativas para as greves e suspensão dos serviços foram que não era possível continuar com os serviços prestados pelo Hospital São José sem que houvesse o repasse correto dos valores oriundos do governo municipal e estadual. Sem os repasses, a direção do Hospital não conseguia fazer a manutenção dos equipamentos, tampouco realizar o pagamento dos empregados e médicos.

Em 27 de março de 2017 a situação foi amenizada com a assinatura de um novo contrato entre o Hospital São José, Município de Criciúma e Estado de Santa Catarina. Conforme matéria veiculada no Portal Engeplus no dia 27 de março de 2017 intitulada “Contrato com HSJ renovado, a saúde regional respira”, apesar de ser firmado novo contrato entre as partes para que os repasses pudessem ser realizados, os valores acordados ficaram aquém da necessidade mensal do Hospital São José. Pelas palavras da diretora do Hospital, Irmã Líbera Mezzari: “Pelas nossas contas, com as correções deveria chegar o total a mais de R\$ 8 milhões mensais, e ficamos em R\$ 6,7 milhões” (2).

Além de o repasse não chegar ao valor de manutenção do Hospital, as dívidas antigas não foram discutidas no novo contrato assinado. Ou seja: a ação judicial de cobrança de valores atrasados devidos pela administração municipal e estadual continuará.

Hospital Materno Infantil Santa Catarina

Já nos primeiros dias de pesquisa, em 03 de agosto de 2016, houve a primeira notícia sobre a situação a qual o Hospital Materno Infantil Santa Catarina (HMISC) estava passando, intitulada: “Conselho de Saúde solicita rescisão imediata do contrato com o Isev”, matéria esta que foi destaque na capa da edição do jornal A Tribuna no dia. A reportagem trouxe à público que havia irregularidades do Isev (Instituto Saúde e Vida, empresa administradora do HMISC) na gestão do Hospital, além de denúncias sobre assédios trabalhistas e outras denúncias, mas nem tudo foi comprovado (1).

Em 02 de setembro de 2016, a coluna política do jornal A Tribuna noticiou que os médicos do HMISC estavam há três meses sem receber salários e que, se o Isev não quitasse essa dívida em 48 horas, os médicos entrariam em greve (1). Onze dias depois, em 13 de setembro de 2016, o jornal A Tribuna noticiou a deflagração da greve dos médicos da instituição, por não terem recebido o pagamento da sua integralidade (1).



O rompimento do contrato entre a Prefeitura e o Isev para a gestão do HMISC estampou a capa dos dois jornais impressos pesquisados no dia 16 de setembro de 2016. Com o anúncio da rescisão do contrato, os médicos do HMISC cessaram a greve.

Ao contrário do esperado, que era a melhora da situação do Hospital com a rescisão do contrato, o HMISC viveu sua pior situação no início do mês de novembro de 2016, quando ficou ameaçado de fechar as portas. A situação caótica foi noticiada pelo jornal A Tribuna no dia 03 de novembro de 2016 com a manchete “Médicos especialistas do Santa Catarina ameaçam fechar o hospital”.

Ao verificar todas as reportagens que alertaram para problemas relacionados à saúde pública nas três fontes de notícias pesquisadas, constatou-se que 67 das 391 matérias jornalísticas registradas se referiam à situação pela qual o HMISC passou entre 31 de julho de 2016 e 30 de julho de 2017, ou seja: 17,1% do total de notícias retrataram a instituição de saúde materno infantil.

Das 59 notícias relacionadas ao HMISC, 16 foram as vezes em que a reportagem alertou para o risco de greve ou a real deflagração de paralização dos serviços, o que quer dizer que 23,9% das matérias relacionadas ao HMISC trataram de situação de greve.

Tamanha foi a relevância dada ao caos administrativo do Hospital, que por 22 vezes o HMISC estampou as capas dos jornais impressos pesquisados trazendo notícias negativas sobre a instituição, o que representa 32,8% do total das reportagens levantadas.

A situação da instituição começou a ser pacificada apenas nos primeiros dias do ano de 2017, quando a nova gestão municipal notificou o Isev sobre a expiração do contrato com o HMISC e assinatura de um contrato emergencial com um novo administrador, o Instituto Ideas. Com a troca de administração, houve demissão de funcionários do Hospital. Nenhuma das partes (Prefeitura, Isev e Ideas) se responsabilizou pelas verbas trabalhistas devidas, o que motivou os funcionários demitidos a ingressar com ação judicial para reivindicar os direitos trabalhistas devidos (1).

Casa de Saúde do Rio Maina

As primeiras reportagens a respeito da Casa de Saúde do Rio Maina (hospital psiquiátrico situado no Município de Criciúma-SC) foram publicadas pelo jornal A Tribuna e



pelo portal Engeplus entre os dias 13 e 14 de outubro de 2016, quando os funcionários da Casa de Saúde, que estavam em greve há 5 dias, organizaram um protesto em frente à instituição para reivindicar seus direitos (1).

A situação permaneceu instável durante alguns meses e piorou ainda mais na segunda metade do mês de março de 2017, quando o Instituto Saúde e Vida (Isev), administrador da Casa de Saúde, renovou o contrato e admitiu que os serviços prestados pelo SUS poderiam ser extintos (3).

Foi a partir daí que começaram a ser publicadas sucessivas notícias sobre o cenário conturbado o qual a Casa de Saúde do Rio Maina, que, das 391 reportagens colhidas durante todo o tempo de pesquisa, teve destaque em 43 delas, que contabiliza mais de 10% do total (11%). Dessas 43 reportagens, 35 foram após a publicação da renovação do contrato, em 17 de março de 2017.

Devido à grave crise passada pela instituição de saúde psiquiátrica, 8 foram as vezes em que se noticiou ameaça de greve ou a real efetivação da paralização dos serviços. Além disso, houve 3 reportagens durante este período em que a Casa de Saúde ficou na iminência de fechar as portas, por não haver estrutura para continuar a realizar atendimentos. Ademais, foram 10 as capas dos jornais impressos em que Casa de Saúde do Rio Maina foi destaque.

Para amenizar a situação caótica vivida pela instituição, foi realizada uma audiência de conciliação no dia 09 de junho de 2017, marcada pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda de Criciúma, Pedro Aujor Furtado Júnior. Ficou definido, na audiência, que a administração municipal ficaria responsável de realocar os 62 pacientes internados via SUS. Assim, a Casa de Saúde do Rio Maina continuaria a atender apenas os pacientes particulares (1).

Com a redução brusca de pacientes, o Instituto Saúde e Vida demitiu mais de 40 funcionários. Nesta informação, houve divergência entre os dois veículos de comunicação que noticiaram o fato: o portal Engeplus, em 30 de junho de 2017, reportou 43 demissões, enquanto o jornal A Tribuna, em 01 de julho de 2017, noticiou a demissão de 49 funcionários.

Após este fato, não houve mais nenhuma atualização sobre a Casa de Saúde do Rio Maina nos meios de comunicação pesquisados até o fim do levantamento de dados, em 30 de julho de 2017.



Conclusão

Pode-se constatar que 296 notícias (das 391 apuradas) revelam problemas nas instituições de saúde de Criciúma e região. Ademais, quase 32% das notícias relacionadas às instituições de saúde são focadas especificamente na crise vivida no Hospital São José durante o período da pesquisa. A segunda instituição de saúde mais reportada durante a pesquisa foi o Hospital Materno Infantil Santa Catarina, com 22,6% das notícias colhidas. A Casa de Saúde do Rio Maina aparece como a terceira instituição com mais aparição nas matérias jornalísticas, com 14,5% das reportagens. De todas as reportagens das instituições de saúde mencionadas, 100% são sobre questão orçamentária ou sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados aos repasses financeiros.

A crise vivida pelas instituições de saúde de Criciúma-SC, atribuída pelas notícias veiculadas à falha de repasses dos governos municipal e estadual pode ser resultado de uma má gestão municipal, como também, à insuficiência de repasses. O que se tem é que por inúmeras vezes os trabalhadores da rede de saúde municipal entraram em greve e suspenderam os serviços. Portanto, o cidadão criciumense que depende da assistência à saúde pública está sofrendo constantemente pela falta dos serviços.

Referências

1. CLICATRIBUNA <<http://www.clicatribuna.com/>>
2. ENGEPLUS <<http://www.engeplus.com.br/>>
3. JMNET <www.jmnet.com.br>